

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	11
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	57
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	60
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	62

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	355.432.206
Preferenciais	0
Total	355.432.206
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	979.948	1.132.289	1.089.981
1.01	Ativo Circulante	138.975	269.675	201.586
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	61.575	55.296	66.719
1.01.02	Aplicações Financeiras	52.871	195.169	118.099
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	52.871	195.169	118.099
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	37.274	183.000	104.462
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	15.597	12.169	13.637
1.01.03	Contas a Receber	15.620	11.700	11.304
1.01.03.01	Clientes	15.620	11.700	11.304
1.01.03.01.01	Contas a Receber das Operações	15.617	11.638	9.464
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	3	62	1.840
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.629	6.653	4.652
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.280	857	812
1.02	Ativo Não Circulante	840.973	862.614	888.395
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	136.558	129.645	126.776
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	19.289	15.141	17.302
1.02.01.07	Tributos Diferidos	117.269	114.504	109.471
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	0	0	3
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	0	0	3
1.02.03	Imobilizado	18.674	19.125	22.455
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.019	17.247	20.147
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.655	1.878	2.308
1.02.04	Intangível	685.741	713.844	739.164
1.02.04.01	Intangíveis	685.741	713.844	739.164
1.02.04.01.02	Intangível	685.082	710.626	738.546
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	659	3.218	618

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	979.948	1.132.289	1.089.981
2.01	Passivo Circulante	100.691	66.436	63.634
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.451	2.528	2.690
2.01.02	Fornecedores	6.230	3.272	3.056
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.230	3.272	3.056
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.135	3.236	2.762
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.035	2.343	1.865
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	3.035	2.343	1.865
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.100	893	897
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	77.411	31.270	34.655
2.01.04.02	Debêntures	77.411	31.270	34.655
2.01.05	Outras Obrigações	3.516	19.232	13.927
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.297	18.962	13.900
2.01.05.02	Outros	1.219	270	27
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	1.219	270	27
2.01.06	Provisões	6.948	6.898	6.544
2.01.06.02	Outras Provisões	6.948	6.898	6.544
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	6.948	6.898	6.544
2.02	Passivo Não Circulante	823.122	1.004.246	954.808
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	560.664	595.715	594.478
2.02.01.02	Debêntures	560.664	595.715	594.478
2.02.02	Outras Obrigações	227.690	361.088	322.406
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	227.409	360.819	322.101
2.02.02.02	Outros	281	269	305
2.02.02.02.03	Fornecedores	123	48	305
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	158	221	0
2.02.04	Provisões	34.768	47.443	37.924
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.494	33.582	25.265

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.266	1.676	142
2.02.04.01.05	Impostos a Recolher	23.228	31.906	25.123
2.02.04.02	Outras Provisões	10.274	13.861	12.659
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	10.274	13.861	12.659
2.03	Patrimônio Líquido	56.135	61.607	71.539
2.03.01	Capital Social Realizado	283.191	283.191	283.191
2.03.02	Reservas de Capital	0	144	72
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-227.056	-221.728	-211.724

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	197.834	176.857	170.548
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-61.580	-66.284	-66.025
3.02.01	Custo de construção	-1.734	-3.207	-1.838
3.02.02	Serviços	-8.972	-8.886	-8.253
3.02.03	Provisão de manutenção	2.205	138	-580
3.02.04	Depreciação e amortização	-34.510	-34.248	-33.798
3.02.05	Custo com pessoal	-12.722	-14.333	-15.174
3.02.06	Materiais, equipamentos e veículos	-1.301	-1.329	-2.075
3.02.07	Outros	-4.546	-4.419	-4.307
3.03	Resultado Bruto	136.254	110.573	104.523
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.820	-14.646	-16.152
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.820	-14.646	-16.152
3.04.02.01	Serviços	-4.963	-3.283	-5.010
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-81	-83	-88
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-6.922	-6.849	-8.709
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-448	-259	-241
3.04.02.05	Outras despesas (receitas) operacionais	-865	-296	-8
3.04.02.06	Água, luz, telefone, internet e gás	-773	-865	-821
3.04.02.08	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-115	-59	-42
3.04.02.09	Taxa de administração - vale pedágio	-571	-466	-578
3.04.02.10	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-81	-99	-85
3.04.02.11	Despesas com cartório	-81	-79	-60
3.04.02.12	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	410	-1.534	-142
3.04.02.13	Indenização trabalhista	-1.330	-774	-368
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	120.434	95.927	88.371
3.06	Resultado Financeiro	-128.527	-110.964	-130.726
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.093	-15.037	-42.355
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.765	5.033	14.310

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.08.02	Diferido	2.765	5.033	14.310
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.328	-10.004	-28.045
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.328	-10.004	-28.045
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,01499	-0,02815	-0,0789
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,01499	-0,02815	-0,0789

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	-5.328	-10.004	-28.045
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.328	-10.004	-28.045

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	134.780	132.537	124.512
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	161.394	135.182	129.297
6.01.01.01	Prejuízo do exercício	-5.328	-10.004	-28.045
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.765	-5.033	-14.310
6.01.01.03	Depreciação e amortização	34.591	34.331	33.886
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado	50	8	2
6.01.01.05	Juros sobre debêntures	100.153	80.663	97.661
6.01.01.06	Capitalização de custo de debêntures e mútuos	-477	-362	-271
6.01.01.07	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	-2.205	-138	580
6.01.01.08	Ajuste a valor presente provisão de manutenção	1.848	1.694	1.407
6.01.01.10	Juros sobre mútuo	43.390	45.220	44.771
6.01.01.11	Comissão de fianças	5.011	4.953	4.989
6.01.01.12	Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e pre	1.125	2.865	592
6.01.01.13	Rendimento de aplicação financeira	-13.855	-19.087	-12.037
6.01.01.16	Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	-144	72	72
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-26.614	-2.645	-4.785
6.01.02.01	Contas a receber das operações	-3.979	-2.174	-362
6.01.02.02	Contas a receber de partes relacionadas	59	1.778	-968
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-976	-2.001	-3.033
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outros créditos	-423	-42	1.253
6.01.02.06	Fornecedores	3.033	-41	311
6.01.02.07	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	-21.321	109	-2.712
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	899	755	862
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	-77	-162	358
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	-1.535	-1.331	-450
6.01.02.12	Outras obrigações	886	464	-44
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-3.180	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	146.395	-61.149	-127.892

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-4.518	-1.984	-2.034
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-1.859	-3.343	-2.494
6.02.03	Outros de ativo intangível	767	0	0
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	159.581	-59.451	-92.425
6.02.05	Resgates / aplicações (conta reserva)	-7.576	3.629	-30.939
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-274.896	-82.811	-2.894
6.03.01	Debêntures - pagamentos principal	0	0	-595.187
6.03.02	Debêntures - pagamentos de juros	-89.063	-82.811	0
6.03.04	Mútuos com partes relacionadas - pagamentos de principal	-84.590	0	0
6.03.05	Mútuos com partes relacionadas - pagamentos de juros	-101.243	0	592.293
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.279	-11.423	-6.274
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	55.296	66.719	72.993
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	61.575	55.296	66.719

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	283.191	0	144	-221.728	0	61.607
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	283.191	0	144	-221.728	0	61.607
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-144	0	0	-144
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	0	-144	0	0	-144
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.328	0	-5.328
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.328	0	-5.328
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	283.191	0	0	-227.056	0	56.135

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	283.191	72	0	-211.724	0	71.539
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	283.191	72	0	-211.724	0	71.539
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	72	0	0	0	72
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	72	0	0	0	72
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.004	0	-10.004
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.004	0	-10.004
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	283.191	144	0	-221.728	0	61.607

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	283.191	0	0	-183.679	0	99.512
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	283.191	0	0	-183.679	0	99.512
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	72	0	0	0	72
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	72	0	0	0	72
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.045	0	-28.045
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28.045	0	-28.045
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	283.191	72	0	-211.724	0	71.539

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	216.708	194.360	187.338
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	216.403	193.731	186.542
7.01.02	Outras Receitas	305	629	796
7.01.02.01	Outras receitas	305	629	796
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.813	-25.486	-24.141
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-13.947	-13.886	-13.916
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.337	-8.531	-7.807
7.02.04	Outros	471	-3.069	-2.418
7.02.04.01	Custos De Construção	-1.734	-3.207	-1.838
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	2.205	138	-580
7.03	Valor Adicionado Bruto	193.895	168.874	163.197
7.04	Retenções	-34.591	-34.331	-33.886
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.591	-34.331	-33.886
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	159.304	134.543	129.311
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.386	21.920	18.996
7.06.02	Receitas Financeiras	22.386	21.920	18.996
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	181.690	156.463	148.307
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	181.690	156.463	148.307
7.08.01	Pessoal	17.156	18.678	21.003
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.515	11.557	14.501
7.08.01.02	Benefícios	5.011	6.059	5.422
7.08.01.03	F.G.T.S.	630	704	771
7.08.01.04	Outros	0	358	309
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.043	14.049	4.648
7.08.02.01	Federais	7.330	4.528	-4.602
7.08.02.02	Estaduais	31	35	31
7.08.02.03	Municipais	10.682	9.486	9.219
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	151.819	133.740	150.701

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03.01	Juros	150.883	132.880	149.722
7.08.03.02	Aluguéis	936	860	979
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.328	-10.004	-28.045
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.328	-10.004	-28.045

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio” ou “Companhia” ou “Concessionária”), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2. Apresentação

Contrato de Concessão

O contrato de concessão foi assinado no dia 26 de abril de 2012 com a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias no trecho de 13 km da via expressa corredor Presidente Tancredo Neves (“Ligação Transolímpica” ou “Via”), ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, sendo remunerada através da cobrança de pedágio. O prazo da concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da data de assinatura.

Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Transolímpica, foi previsto no contrato de concessão repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à Companhia (“Subsídio”), autorizado por lei municipal.

Perfil da Concessionária

A Companhia é uma via urbana expressa com extensão total de 13 quilômetros, dos quais aproximadamente 1,6 quilômetros em túneis, e 38 pontes e viadutos, além de praças de pedágio, uma no eixo principal e outras duas nas alças de acesso à via.

A Via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, sendo duas faixas para automóveis, motos, ônibus e caminhões e uma terceira faixa exclusiva para o sistema *BRT* (transporte rápido por ônibus – na sigla em inglês). A operação dos BRTs (isento de cobrança de pedágio) e administração das estações é de total responsabilidade das empresas de ônibus, sendo responsabilidade da Companhia apenas a manutenção das pistas para a passagem dos BRTs e o socorro médico e mecânico.

A sede da Companhia fica localizada na estrada do Catonho, onde funciona sua estrutura corporativa e o centro de controle operacional (CCO), garantindo mais segurança aos seus usuários.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

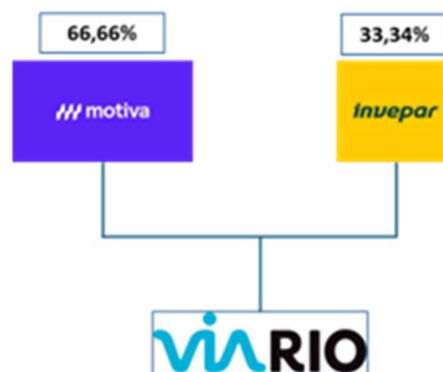
O início da operação comercial da Companhia foi em 29 de agosto de 2016.

No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá.

Os moradores da região que residem dentro de um raio de 2 quilômetros da praça de pedágio são isentos do pagamento do pedágio da estrada do Rio Grande. Para se obter o benefício, é preciso a realização do cadastramento no site www.viario.com.br.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2025, a composição acionária da Companhia era a seguinte:



1.3. Destaques

Conclusão da primeira campanha de manutenção do pavimento da concessionária com investimentos que ultrapassaram os R\$ 3 milhões de reais e sem nenhum acidente de trabalho.

O ano de 2025 registrou tráfego recorde de motos quando analisado todo o período de concessão, observou-se um aumento de 129% desde 2016. Em relação ao ano anterior, o acumulado de motos equivalentes de 2025 cresceu cerca de 7%.

Na praça de pedágio, o meio de pagamento por cartão atingiu uma média de 24% superando o pagamento convencional em dinheiro que detém hoje cerca de 7,18% da receita da concessionária. Os veículos que passam pelas pistas automáticas utilizando tags perfazem o total de 67%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para quem utiliza o cartão (24%), registramos em nossas praças de pedágio cerca de 41% de pagamentos por aproximação *NFC (Near Field Communication)*.

Destaca-se que o uso do Pix ultrapassou a casa de 2% transações dia, tornando-se um dos meios de pagamento que mais cresceu no ano de 2025.

Em dezembro, obtivemos junto ao Poder Concedente a autorização para iniciar a operação de quatro novas ATMs (*Automatic Teller Machines*), totalizando quatro equipamentos instalados em cada sentido da via e dois em cada alça, completando um total de doze máquinas. A adoção do novo modelo já alcançou 57% do tráfego anteriormente direcionado às cabines manuais, representando um avanço significativo na modernização e na eficiência do sistema.

Importante destacar a expressiva redução dos pagamentos em dinheiro, que registraram queda de 5 pontos percentuais em relação a janeiro de 2025 passando de 12% para 7%.

2. Estratégia de Gestão

2.1. Governança Corporativa

Estrutura do Conselho e Diretoria

O mandato dos representantes do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é de 2 anos, com a próxima eleição em abril de 2026.

Membros do Conselho de Administração	Membros da Diretoria	
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Luciana Parpinelli de Oliveira	Diretor Presidente
Guilherme Motta Gomes	Marco Aurélio Guerreiro de Souza	Diretor Adm. Financeiro
Roberto Penna Chaves Neto		
Josiane Carvalho de Almeida		
Osvaldo Garcia		
Adriana Aparecida de Matos		

Programa de Compliance

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destacamos o nosso compromisso de promover um ambiente de negócios íntegro, transparente e ético, onde mantivemos para todos os negócios da Motiva, incluindo a ViaRio, a Certificação Internacional ISO 37001, referente à Norma Global do Sistema de Gestão Antissuborno e a ISO 37301, associada à Norma Global do Sistema de Gestão de Compliance com ênfase, que atestam um sistema estruturado para prevenir, detectar e responder a riscos de compliance, englobando temas integrados à agenda ESG (Environmental, Social and Governance).

Na ViaRio, reforçamos constantemente, com o apoio da Alta Administração, a contínua divulgação e atualização do Programa de Integridade, criado em 2015 e aderente desde 2021, às diretrizes da Motiva. Todos os colaboradores, acionistas, administradores e terceiros, em todos os níveis, são orientados sobre a necessidade de desenvolvimento de negócios sustentáveis e em conformidade com as políticas e normas internas, bem como em cumprimento à legislação dos países que atuam.

Estamos em constante busca das melhores práticas de mercado, combatendo a corrupção, suborno, propina ou pagamentos facilitadores. Neste sentido, o Programa de Integridade contém políticas e normas que tratam da avaliação de riscos de terceiros, doações e patrocínios, brindes e presentes, interação com agentes públicos e conflitos de interesses. Em 2025, realizamos treinamentos presenciais que alcançaram 100% de participação da liderança, incluindo coordenadores, gerentes e diretores. Também conduzimos treinamentos on-line para supervisores e demais integrantes das equipes, alcançando 81% de aderência. No que se refere ao nosso compromisso com as declarações obrigatórias de compliance — entre elas o Código de Conduta Ética, a Política da Empresa Limpa e Combate à Corrupção e a Política do Sistema de Gestão de Compliance — obtivemos 99% de aceite. Além disso, promovemos continuamente campanhas de comunicação voltadas ao fortalecimento e ao engajamento de todos na cultura de Integridade, reforçando nossos valores e orientações de conduta ética.

Acompanhando o cumprimento dos procedimentos da Motiva, da qual a ViaRio faz parte, realizam o Monitoramento do Programa, mapeando eventuais não conformidades, que serão alvo de aplicação de medidas disciplinares, se for o caso. Ademais, alinhado ao seu compromisso com o Código de Conduta Ética, Política da Empresa Limpa e do Sistema de Gestão de Compliance, a ViaRio, através da Motiva, possui o Canal Confidencial (<https://canalconfidencial.com.br/canalconfidencialmotiva>), onde colaboradores, parceiros de negócio e clientes podem relatar de forma anônima, qualquer situação que não parecer correta.

Todas estas iniciativas, têm por objetivo garantir a prática dos princípios e valores da Companhia, reforçando a atuação coerente com a preocupação na construção de uma empresa e de uma sociedade cada vez melhores para todos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2. Gestão de Pessoas

A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em 31 de dezembro de 2025 foi de 320 (152 terceiros).

Treinamentos

A Motiva, da qual a ViaRio faz parte, embasada em uma cultura de princípios e valores alinhados ao desenvolvimento das pessoas, conta com o apoio da Academia Motiva para potencializar a capacidade transformadora do aprendizado aos colaboradores e lideranças, ofertando subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2025, a Academia Motiva atuou na estratégia de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores da Plataforma Rodovias. Para a ViaRio foram realizadas 745 horas de treinamento, com 70% de treinamentos na modalidade on-line, e 30% na modalidade combinada (semipresencial).

Em 2025, a Academia Motiva registrou um investimento de R\$ 53 em programas de treinamento e capacitação de pessoas para a unidade ViaRio.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

Em R\$ mil	2025	2024	Var.%
Receita líquida	197.834	176.857	11,86%
Receita de pedágio	213.648	189.724	12,61%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	1.734	3.207	-45,93%
Receitas acessórias	1.021	800	27,63%
(-) Deduções da receita bruta	(18.569)	(16.874)	-10,05%
(-) Custos e despesas (a)	(77.400)	(80.930)	4,36%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(1.734)	(3.207)	45,93%
Demais custos e despesas	(75.666)	(77.723)	2,65%
(+) Resultado financeiro líquido	(128.527)	(110.964)	-15,83%
(-) Imposto de renda e contribuição social	2.765	5.033	45,06%
Prejuízo líquido	(5.328)	(10.004)	46,74%
EBIT (b)	120.434	95.927	25,55%
Margem EBIT	60,88%	54,24%	12,24%
Margem EBIT ajustada (c)	61,41%	55,24%	11,17%
(+) Depreciação/amortização	34.591	34.331	0,76%
EBITDA (b)	155.025	130.258	19,01%
Margem EBITDA	78,36%	73,65%	6,39%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(-/+) Provisão de manutenção (d)	(2.205)	(138)	1497,83%
EBITDA ajustado	152.820	130.120	17,45%
Margem EBITDA ajustada (e)	77,93%	74,93%	4,00%
Endividamento bruto (f)	638.075	626.985	1,77%
Investimentos (caixa) (g)	9.557	5.327	79,41%
Veículos equivalentes (em milhões)	24	24	0,00%

(a) Custos e despesas totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 156/2022.

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(f) Dívida bruta: debêntures (líquida do custo de transação).

(g) Investimentos: somatória das adições do ativo imobilizado, intangível e realização da provisão de manutenção.

3.1. Receita Operacional

O valor total de receita bruta no ano de 2025 foi de R\$ 214,7 milhões, sendo que R\$ 213,6 milhões são oriundos do faturamento de receitas de pedágio, uma variação positiva quando comparado aos R\$ 190,5 milhões do exercício de 2024. Em 2025 passaram pela praça de pedágio um total de 24 milhões de veículos equivalentes pedagiado VEP (24,2 milhões em 2024).

3.2. Custos e Despesas

Ao final de 2025, os custos e despesas da Companhia totalizaram o montante de R\$ 77 milhões. Quando comparado ao exercício anterior R\$ 81 milhões, a redução se dá principalmente, a uma economia nos custos com assistência médica e odontológica, pois os pagamentos são variáveis, conforme o uso e quantidade de colaboradores, o que está abaixo quando comparados, além dos menores custos com hora extra e conservação da faixa de domínio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.3. Resultado Financeiro

A Companhia finalizou o exercício de 2025 com um resultado financeiro de R\$ 129 milhões negativos, afetado por maior valor de juros. Em 2025 o CDI foi maior do que o realizado em 2024 (12,15% em 2024 e 14,90% em 2025).

3.4. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2025, a dívida bruta da Companhia foi de R\$ 867 milhões, sendo R\$ 638 milhões referente à 8ª Emissão de debêntures captada em 2023 e R\$ 229 milhões de saldo de dívida subordinada.

3.5. Investimentos

No ano de 2025, foram realizados R\$ 10 milhões em investimentos, destacando-se a recuperação de parte do pavimento conforme cronograma de provisão de manutenção.

3.6. Dividendos Propostos

Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das reservas legais e estatutárias. Em 2025 não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia apresenta prejuízo acumulado.

4. ESG

Como prática social, a Companhia implementou projetos que valorizem a cultura local e promovem o desenvolvimento sustentável dos territórios onde estamos inseridos. São realizados projetos socioculturais por meio de parceria com instituto e por meios de leis de incentivos fiscais. No ano de 2025 foi dada continuidade a muitos projetos realizados no ano anterior à realização de ações com recursos próprios:

- Projetos Socioculturais por meio de lei municipal de incentivo – ISS: Ilumina Zona Oeste (festival multicultural), Projeto De Olho na Pista (educação no trânsito); Arte de Amar (educação ambiental); Sinal Verde (educação no trânsito e ambiental) e Brasilidade Fashion (educação ambiental).
- Projetos com recursos próprios: Programa de voluntariado; Campanha de instalação de antenas cortalinha de pipa e check-up em motocicletas (segurança viária).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Considerações Finais

5.1. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.2. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

5.3. Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil – Canadá ("CCBC"), conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua Euzébio de Almeida, nº 2500, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o contrato de concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias no trecho de 13 km da Via Expressa Corredor Presidente Tancredo Neves ("Ligação Transolímpica" ou "Via"), ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, sendo remunerada pela cobrança de pedágio. O prazo da concessão é de 35 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 26 de abril de 2012.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 29 de agosto de 2016, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no contrato de concessão e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de janeiro.

Em 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar do contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Notas Explicativas

1.1.Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1.1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando, a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Os processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, estes processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

Notas Explicativas

Os acionistas e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis aos contratos de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

1.1.2. Processos em andamento

a. Ação Popular n.º 0189152-64.2020.8.19.0001 - nulidade do contrato de concessão

Em 30 de setembro de 2020, foi distribuída Ação Popular em face do Município do Rio de Janeiro e da ViaRio, objetivando a decretação da nulidade do contrato de concessão n.º 38/2012 e de seus termos aditivos, bem como a condenação da ViaRio à reparação de supostos danos ao Erário.

Após tramitação em 1ª Instância, em 15 de junho de 2021, foi proferida sentença, acolhendo a preliminar de decadência para julgar extinta a demanda. O autor e o Município apresentaram recurso de apelação. Em 24 de março de 2022, a ViaRio apresentou contrarrazões ao recurso de apelação.

Em 30 de janeiro de 2024, foi negado provimento aos recursos do autor e do Município. Em 25 de junho de 2024, o autor popular interpôs recursos especial e extraordinário e, na mesma data, o Município interpôs recurso especial.

Em 2 de outubro de 2025, os recursos especial e extraordinário do autor popular foram inadmitidos.

Em 17 de novembro de 2025, foi interposto agravo pelo autor popular, que aguarda julgamento.

b. Reajustes tarifários de 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025

A concessionária tem enfrentado obstáculos por parte do Poder Público Municipal para aplicar os reajustes tarifários anuais previstos em seu contrato de concessão, tendo recorrido ao Poder Judiciário todos os anos visando o reconhecimento de seu direito ao reajuste tarifário. Os processos seguem em tramitação em diferentes Instâncias.

Em 26 de junho de 2024, houve a designação de perícia conjunta para todos os processos que tratam do reajuste da tarifa.

Em 5 de fevereiro de 2025, foi provido o recurso da ViaRio interposto em face do indeferimento da liminar na ação de reajuste de 2022. A tarifa atualmente praticada é a tarifa reajustada para o ano de 2022, com base em decisão liminar.

Notas Explicativas

Em 27 de maio de 2025, foi anexado o laudo pericial que reconhece a legitimidade dos reajustes tarifários pleiteados.

Em 4 de dezembro de 2025, foram proferidas sentenças julgando procedentes as ações de 2020 a 2025. Aguarda-se recursos da Prefeitura.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 26 de fevereiro de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 8.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- 11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 13. **Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 14. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
- 18.1 **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Notas Explicativas

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço.

Os valores das tarifas de pedágio são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 16.

3.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os títulos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um título a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um título a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos

Notas Explicativas

financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Notas Explicativas

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Notas Explicativas

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.4. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

Notas Explicativas

3.5. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Notas Explicativas

3.6. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.14.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia

Notas Explicativas

espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o

Notas Explicativas

valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9. Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre instrumentos financeiros passivos.

Notas Explicativas

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.11. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas Explicativas

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

Notas Explicativas

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.14. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Notas Explicativas

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.15. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio de Janeiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.16. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.17. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.18. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; e
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

Notas Explicativas

3.19. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Motiva:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Notas Explicativas

3.20. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Notas Explicativas

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 12 e 18.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações

Notas Explicativas

de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos às debêntures, aplicações financeiras e mútuos. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12 e 18.

As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	136.686	149.354	160.862	143.861	507.360
Mútuos de partes relacionadas (a)	-	-	-	-	682.418
Fornecedores e outras obrigações	7.449	281	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	2.297	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos e transação.

Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro da acionista controladora em conjunto Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	1.040	1.614
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	60.535	53.682
Total	61.575	55.296

Aplicações financeiras	2025	2024
Circulante	52.871	195.169
Aplicações financeiras (a)	37.274	183.000
Conta reserva (b)	15.597	12.169
Não circulante	19.289	15.141
Conta reserva (b)	19.289	15.141
Total	72.160	210.310

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,34% do CDI, equivalente a 14,22% a.a. (99,11% do CDI, equivalente a 10,78% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures (nota explicativa n.º 12).

7. Contas a receber**7.1. Contas a receber líquidas**

	2025	2024
Circulante	15.617	11.638
Contas a receber das operações (a)	15.617	11.638
Total	15.617	11.638

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassados à Companhia, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	15.617	11.638
Total	15.617	11.638

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.093)	(15.037)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	2.752	5.113
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(33)	(41)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(70)	(96)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	116	59
Outros ajustes tributários	-	(2)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.765	5.033
Impostos diferidos	2.765	5.033
Alíquota efetiva de impostos	34,17%	33,47%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025	2024
Ativo	159.556	159.076
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	152.141	150.572
Provisão para participação nos resultados (PLR)	377	341
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	430	570
Provisão de manutenção	5.856	7.059
Provisão para fornecedores	73	-
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	679	485
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	-	49
Compensação de imposto ativo	(42.287)	(44.572)
Impostos ativos após compensação	117.269	114.504
Passivo	(42.287)	(44.572)
Capitalização de juros	(40.322)	(42.066)
Custo de transação de empréstimos	(1.965)	(2.506)
Outros	-	-
Compensação de imposto passivo	42.287	44.572
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	117.269	114.504

Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	114.504	109.471
Reconhecimento no resultado	2.765	5.033
Saldos em 31 de dezembro	117.269	114.504

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

Notas Explicativas

	2025
2026	30.605
2027	13.567
2028	16.860
2029	19.700
2030	22.042
2031 em diante	49.367
Total	152.141

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2025			2024		
	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Saldos						
Ativo	-	8	8	-	72	72
Bancos conta movimento	-	5	5	-	10	10
Contas a receber	-	3	3	-	62	62
Passivo	229.650	35.871	265.521	379.603	53.040	432.643
Fornecedores e contas a pagar	2.241	56	2.297	18.784	178	18.962
Mútuo	227.409	-	227.409	360.819	-	360.819
Debêntures	-	35.594	35.594	-	52.578	52.578
Outros débitos	-	221	221	-	284	284

	2025			2024		
	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Transações						
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(39)	(39)	-	(27)	(27)
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	(2.152)	(2.152)	-	(2.061)	(2.061)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	(11)	(11)	-	-	-
Custos / despesas / ressarcimento - serviços especializados e consultorias	-	1.174	1.174	-	(24)	(24)
Ressarcimento - outros gastos gerais	-	1	1	-	26	26
Custos / despesas - seguros	-	-	-	-	(1)	(1)
Despesas financeiras - mútuo	(43.390)	-	(43.390)	(45.220)	-	(45.220)
Despesas de comissão de fianças na emissões de dívidas	(5.012)	-	(5.012)	(4.953)	-	(4.953)
Receita de mútua cooperação	-	63	63	-	37	37
Receita de aplicações financeiras	-	-	-	-	85	85
Repasses de custos e despesas de colaboradores	(4)	478	474	33	422	455
Repasses de custo e despesas - CSC (*)	(2.986)	-	(2.986)	(2.846)	-	(2.846)

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 1.966 referente aos repasses de custos e despesas com a controladora Motiva.

Notas Explicativas**9.1. Profissionais-chave da Administração****Despesas com profissionais-chave da administração**

	2025	2024
Remuneração (a)	1.121	2.267
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	832	1.872
Outros benefícios:	289	395
Provisão para remuneração variável do ano	274	262
Complemento de provisão de PPR do ano anterior	13	99
Previdência privada	-	29
Seguro de vida	2	5

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 02 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros da diretoria da Companhia no montante de R\$ 1.055. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Saldos a pagar aos profissionais-chave

	2025	2024
Remuneração dos administradores (a)	351	335

a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da sua Controladora em conjunto Motiva o montante de R\$ 149, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais-chave;

9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas contratuais - mútuos	Vencimento final	2025	2024
Mútuo - Passivo		227.409	360.819
CDI + 2,9% a.a.	Junho de 2028	-	159.867
TR + 9,89% a.a.	Janeiro de 2034	147.810	133.233
130% CDI	Janeiro de 2034	79.599	67.719

	2025	2024
Mútuo - Passivo	227.409	360.819
Não circulante	227.409	360.819

Notas Explicativas

Taxas remuneração - garantias

	2025	2024
De 0,80% a.a.	(5.012)	(4.953)
Total	(5.012)	(4.953)

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Equipamentos operacionais	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2024	308	12.088	40	-	7.711	20.147	2.308	22.455
Adições	-	-	-	-	-	-	2.101	2.101
Baixas	(6)	(2)	-	-	-	(8)	-	(8)
Transferências	27	2.293	-	-	119	2.439	(2.531)	(92)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	104	-	-	-	104	-	104
Depreciação	(93)	(3.574)	(34)	-	(1.734)	(5.435)	-	(5.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	236	10.909	6	-	6.096	17.247	1.878	19.125
Custo	1.089	35.023	5.692	436	16.280	58.520	1.878	60.398
Depreciação acumulada	(853)	(24.114)	(5.686)	(436)	(10.184)	(41.273)	-	(41.273)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	236	10.909	6	-	6.096	17.247	1.878	19.125
Adições	-	-	-	-	-	-	4.864	4.864
Baixas	(5)	(43)	-	-	(2)	(50)	-	(50)
Transferências	10	342	147	-	1.588	2.087	(2.087)	-
Depreciação	(91)	(3.655)	(15)	-	(1.504)	(5.265)	-	(5.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	150	7.553	138	-	6.178	14.019	4.655	18.674
Custo	1.078	34.871	5.839	436	17.849	60.073	4.655	64.728
Depreciação acumulada	(928)	(27.318)	(5.701)	(436)	(11.671)	(46.054)	-	(46.054)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	150	7.553	138	-	6.178	14.019	4.655	18.674
Taxa média anual de depreciação %								
Em 31 de dezembro de 2025	10	12	25	(a)	10			

(a) Bens totalmente depreciados.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures e mútuos no montante de R\$ 346 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 117 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures e mútuos dividido pelo saldo médio de debêntures e mútuos) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 12,24% a.a. e 5,96% a.a., respectivamente.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível				Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2024	737.372	487	687	738.546	618	739.164
Adições	-	-	214	214	3.374	3.588
Transferências	775	-	91	866	(774)	92
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(104)	(104)	-	(104)
Amortização	(28.571)	(325)	-	(28.896)	-	(28.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	709.576	162	888	710.626	3.218	713.844
Custo	920.295	5.256	888	926.439	3.218	929.657
Amortização acumulada	(210.719)	(5.094)	-	(215.813)	-	(215.813)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	709.576	162	888	710.626	3.218	713.844
Adições	-	-	196	196	1.794	1.990
Transferências	4.353	817	(817)	4.353	(4.353)	-
Outros (b)	(767)	-	-	(767)	-	(767)
Amortização	(29.166)	(160)	-	(29.326)	-	(29.326)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	683.996	819	267	685.082	659	685.741
Custo	923.881	6.073	267	930.221	659	930.880
Amortização acumulada	(239.885)	(5.254)	-	(245.139)	-	(245.139)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	683.996	819	267	685.082	659	685.741
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2025		(a)	20			

(a) Amortização pela curva de benefício econômico;

Notas Explicativas

(b) Refere-se a sinistros.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures e mútuos no montante de R\$ 131 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 245 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures e mútuos dividido pelo saldo médio de debêntures e mútuos) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 12,24% a.a. e 5,96% a.a., respectivamente.

12. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
8ª Emissão - Série 1	CDI + 1,90% a.a.	2,1419% (a)	Fevereiro de 2031	5.099	2.633	424.537	417.107 (b)
8ª Emissão - Série 2	CDI + 3,75% a.a.	3,9664% (a)	Fevereiro de 2034	2.608	1.653	213.538	209.878 (b) (c)
				Total	4.286	638.075	626.985

	2025	2024
Circulante	77.411	31.270
Debêntures	78.561	32.508
Custos de transação	(1.150)	(1.238)
Não circulante	560.664	595.715
Debêntures	563.800	600.000
Custos de transação	(3.136)	(4.285)
Total	638.075	626.985

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada; e

Garantias:

- (b) Aval / fiança corporativa da sua Controladora em conjunto Motiva, na proporção de suas participações acionárias direta/indireta não remunerado; e
- (c) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2025
2027	56.400
2028	76.800
2029	73.200
2030	90.800
2031 em diante	266.600
(-) Custo de transação	(3.136)
Total	560.664

Notas Explicativas

A Companhia possui contrato de debêntures, com cláusula de *cross default*, que estabelece vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução desta cláusula. Caso eventualmente ocorra o vencimento antecipado das debêntures, a Companhia possui capacidade financeira para liquidar integralmente, por meio de recursos de acionista e recursos da própria Companhia.

Conforme cláusula 4.3 do contrato de debêntures, a Companhia deve efetuar depósitos mensais em conta reserva, os quais permanecerão bloqueados durante 6 meses e resgatados para pagamento dos juros semestrais, até o final do contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo aplicado totaliza R\$ 34.886 (em 31 de dezembro de 2024 o saldo aplicado totaliza R\$ 27.310).

Em 12 e 13 de maio de 2025, a ViaRio tomou conhecimento dos Fatos Relevantes publicados pela acionista Invepar naquelas datas, informando sobre o recebimento de notificações dos agentes fiduciários, declarando o vencimento antecipado das 3ª e 5ª emissões de suas debêntures (Emissões Invepar).

Ao longo de 2025, a Invepar publicou novos Fatos Relevantes informando sobre a celebração de *standstill* e prorrogações dele, culminando com a celebração de acordo para quitação integral da dívida, formalizado em 20 de outubro de 2025, mediante a transferência ao Mubadala, de 60,3% ações detidas pela Invepar na sua investida LAMSA, sendo que o fechamento da operação estava sujeito, entre outras condições precedentes comuns a esse tipo de operação, a aprovação pelo Conselho de Defesa Econômica (CADE) e pelo Município do Rio de Janeiro.

Em 31 de dezembro de 2025, a Invepar publicou Fato Relevante informando que realizaram o fechamento da Operação de Dação em Pagamento com o Mubadala, por meio do qual a Invepar quitou integralmente o saldo devedor das 3ª e 5ª emissões de debêntures junto ao Mubadala. Como consequência da operação, a Mubadala, a Invepar e a LAMSA outorgaram quitação recíproca, plena, geral e irrevogável, nada mais tendo a reclamar entre si em relação às 3ª e 5ª emissões de debêntures.

Com base nas informações acima, não há na presente data, quebra de *covenants* relacionados às debêntures da concessionária.

13. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciários.

Notas Explicativas**13.1. Processos com prognóstico de perda provável**

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22	1.654	1.676
Constituição	221	1.246	1.467
Reversão	(10)	(578)	(588)
Pagamentos	(193)	(1.342)	(1.535)
Atualização de bases processuais e monetária	5	241	246
Saldo em 31 de dezembro de 2025	45	1.221	1.266

13.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis	1	36
Trabalhistas	158	734
Total	159	770

14. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	6.898	13.861	20.759
Constituição	(4.097)	1.892	(2.205)
Ajuste a valor presente	609	1.239	1.848
Transferências	6.718	(6.718)	-
Realização	(3.180)	-	(3.180)
SalDOS em 31 de dezembro de 2025	6.948	10.274	17.222

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, para o cálculo do valor presente, são de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

Notas Explicativas**15. Patrimônio líquido****15.1. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 283.191, composto por 355.432.206 ações ordinárias.

15.2. Prejuízo básico

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	2025	2024
Numerador		
Prejuízo	(5.328)	(10.004)
Denominador (em milhares)		
Média ponderada de ações ordinárias	355.432	355.432
Prejuízo por ação ordinária - básico	(0,01499)	(0,02815)

16. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	216.403	193.731
Receitas de pedágio	213.648	189.724
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.734	3.207
Receitas acessórias	1.021	800
Deduções das receitas brutas	(18.569)	(16.874)
Impostos sobre receitas	(18.569)	(16.480)
Abatimentos	-	(394)
Receita operacional líquida	197.834	176.857

17. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	(150.913)	(132.884)
Juros sobre debêntures	(100.153)	(80.663)
Juros sobre mútuos	(43.390)	(45.220)
Comissão de fianças	(5.011)	(4.953)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.848)	(1.694)
Capitalização de custos de debêntures e mútuos	477	362
Outras despesas financeiras	(988)	(716)
Receitas financeiras	22.386	21.920
Rendimento sobre aplicações financeiras	22.047	21.744
Juros e outras receitas financeiras	339	176
Resultado financeiro líquido	(128.527)	(110.964)

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros

18.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2025	2024
Ativo	Nível	149.355	277.306
Valor justo através do resultado		133.735	265.606
Caixa e bancos	Nível 2	1.040	1.614
Aplicações financeiras	Nível 2	97.809	236.682
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	34.886	27.310
Custo amortizado		15.620	11.700
Contas a receber das operações		15.617	11.638
Contas a receber de partes relacionadas		3	62
Passivo		(875.511)	(1.010.577)
Custo amortizado		(875.511)	(1.010.577)
Debêntures (a)		(638.075)	(626.985)
Fornecedores e outras obrigações		(7.730)	(3.811)
Mútuos com partes relacionadas (a)		(227.409)	(360.819)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(2.297)	(18.962)
Total		(726.156)	(733.271)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensurados ao custo amortizado – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	642.361	681.715	632.508	670.152

(a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data base.

Notas Explicativas

18.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

18.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e dos juros sobre os contratos de debêntures, mútuos e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽³⁾ ⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(642.361)	(112.835)	(137.021)	(161.200)
Efeito sobre as debêntures		(112.835)	(137.021)	(161.200)
CDI	252.132	(36.988)	(42.352)	(47.757)
Efeito sobre os mútuos		(36.988)	(42.352)	(47.757)
CDI	134.571	12.464	15.517	18.546
Efeito sobre as aplicações financeiras		12.464	15.517	18.546
Total do efeito líquido de perda		(137.359)	(163.856)	(190.411)
A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾:	CDI ⁽²⁾	14,9000%	18,6250%	22,3500%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3, onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, foi considerado o aumento da taxa CDI para calcular os cenários de estresse;

(3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

(4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

Notas Explicativas

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

19.1. Compromissos relativos à concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem os valores dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão e atualizado anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contempla eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços: .

	2025	2024
Compromissos relativos à concessão	151.050	149.859

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

20. Demonstrações do fluxo de caixa

20.1. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Mútuos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(626.985)	(360.819)	(987.804)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	89.063	185.833	274.896
Pagamentos de juros	89.063	101.243	190.306
Pagamentos de principal	-	84.590	84.590
Outras variações que não afetam o caixa	(100.153)	(52.423)	(152.576)
Juros sobre debêntures	(100.153)	-	(100.153)
Juros sobre mútuos	-	(43.390)	(43.390)
Impostos sobre mútuo	-	(9.033)	(9.033)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(638.075)	(227.409)	(865.484)

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária ViaRio S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 3.12 e 8.2 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, aprovado na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo premissas relacionadas ao crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, taxas de inflação e volume de tráfego.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, para se estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram, a avaliação da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, comparando-as com dados históricos e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram, a avaliação da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, comparando-as com dados históricos e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a

responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

- PARECER DO CONSELHO FISCAL -

Os membros do Conselho Fiscal da Concessionária ViaRio S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"), e com base nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, que estão em plenas condições de serem votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro/RJ, 25 de fevereiro de 2026.

CARL DOUGLAS DE GENNARO OLIVEIRA

LUCIANA IRENE DE LIMA E SILVA

RAFAEL LEITE FIGUEIREDO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro/RJ, 26 de fevereiro de 2026.

LUCIANA PARPINELLI DE OLIVEIRA
DIRETORA PRESIDENTE E DIRETORA DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES

MARCO AURÉLIO GUERREIRO DE SOUZA
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro/RJ, 26 de fevereiro de 2026.

LUCIANA PARPINELLI DE OLIVEIRA
DIRETORA PRESIDENTE E DIRETORA DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES

MARCO AURÉLIO GUERREIRO DE SOUZA
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO